

ESTADO DE SAO PAULO

O ovo da serpente

RICARDO A. SETTI



O ovo da serpente, mostrou o cineasta Ingmar Bergman no sombrio filme do mesmo nome, têm a casca fina o suficiente para que se vislumbre o ser ali em gestação. No caso de **O Ovo da Serpente**, a alegria maníaca vigente em certos círculos da Alemanha em finais da década de 20 e começo da de 30 não conseguia encobrir o monstro que crescia dentro da República de Weimar: o nazismo.

Entre nós, no Brasil dos dias de hoje, com tinturas bem menos trágicas e escuras, temos, também, o nosso ovo de serpente. Mostrou seus contornos e deu uma idéia de seu conteúdo a pesquisa de opinião pública do Instituto Bonilha, de Curitiba, sobre a extensão da idéia do separatismo que já grassa em boa parte do País, que a revista **IstoÉ/Senhor** trouxe em sua reportagem de capa desta semana.

Não se tratou de amostragem reduzida. Foram ouvidos 1.250 moradores das capitais brasileiras, e mais os de quatro cidades do interior de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os dados da pesquisa são eloqüentes, e preocupantes. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, em graus e formas diferentes, a semente da separação do Brasil em pedaços está instalada nos corações e mentes dos brasileiros.

O fenômeno tem tinturas muito mais carregadas em São Paulo e nos três Estados do Sul. Embora 46% dos habitantes desses quatro Estados sejam contrários a uma secessão, nada menos que 41% votariam a favor da criação de um país independente, formado pelos quatro, se a idéia fosse levada a plebiscito. Uma quase maioria absoluta — 47% do total dos moradores dos quatro Estados — considera que o Brasil seria mais bem governado se fosse dividido em dois países.

São inúmeras as razões de fundo econômico, social, étnico e até comportamental que poderiam ser apontadas como motores desse sentimento — que, até há pouco encarado como manifestação de excentricidade de poucos, não pode mais ser ignorado. Mas certamente há, no fenômeno, um fortíssimo, talvez preponderante componente político, que foi aguçado durante o regime militar, foi propositalmente deixado de lado pela Constituinte e que não integra, como deveria, o elenco de preocupações de organismos como a Secretaria de Assuntos Estratégicos: a questão da distorção da representação política dos Estados no Congresso Nacional.

Trata-se de efetiva, real questão estratégica, de interesse desta segurança nacional tão levemente invocada, tantas vezes, com propósitos tão pouco nobres. A distorção já acompanhava o trajeto da recente His-

tória republicana. Mas foi tornada escandalosa pelo infame "pacote de abril" com que o general Ernesto Geisel, em 1977, sabedor de que o governo perderia as eleições de 1978 nos centros mais adiantados — e mais populosos — do País, garantiu o controle do Congresso. Isso foi feito de várias maneiras. Além da vergonhosa criação dos senadores biônicos, o pacote previu fórmulas de atropelar a matemática de modo a aumentar artificialmente o peso do que Tancredo Neves chamava de "os grotões do Brasil", na época dominados eleitoralmente pelo partido do regime militar.

Um jeito de atingir esse objetivo foi fixar um teto à representação dos Estados mais populosos (que no Brasil, coincidentemente, são os mais adiantados, do Sudeste e do Sul) na Câmara dos Deputados. Assim, independentemente do tamanho de sua população, o pacote fixou que nenhum Estado poderia ter mais que 60 deputados. A Constituinte ficou em cima do muro: aumentou para 70 esse teto, mas ao mesmo tempo criou e facilitou a posterior criação de novos Estados, todos eles fora do Sudeste e Sul, cada um com oito novos deputados e, como os demais, com direito também a três novos senadores cada um.

O resultado parece conta de mentiroso: Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que têm 40% da população brasileira, abocanharam 60% da representação política. Sudeste e Sul, onde vivem 60% dos brasileiros, têm 40% da representação política. O caso de São Paulo é o mais gritante: com seus estimados 32 milhões de habitantes, o Estado possui 22% da população de previstos 144 milhões de brasileiros. No entanto, seus 60 parlamentares representam apenas 11,9% da Câmara dos Deputados.

Se vivéssemos numa democracia decente, o número total dos deputados não cresceria indefinidamente, mas os Estados que aumentassem mais de população em relação a outros ganhariam representação; os que proporcionalmente crescessem menos, ou até tivessem sua população diminuída, como às vezes acontece, perderiam deputados. Este seria um mecanismo correto, límpido, cristalino, de resolver as coisas, mas no Brasil prefere-se a lei de Gerson.

É duplamente perversa a situação atual: de um lado, a representação distorcida é uma mentira matemática e demográfica. De outro, ela favorece justamente o Brasil mais atrasado, mais dependente do Estado, mais impródutivo e clientelista, em detrimento da mais dinâmica, produtiva e moderna parcela Sudeste-Sul. Não é de estranhar que a pesquisa da **IstoÉ/Senhor** mostre um quadro tão ameaçador para a unidade nacional — um patrimônio raro, quase milagroso, que, sabe-se Deus como, a História acabou nos legando. Os políticos têm de pensar nisso com urgência.